

BRUNO YEPES PEREIRA

Advogado. Professor universitário. Mestre em Direito das
Relações Econômicas Internacionais pela Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo. Pesquisador do
Direito Internacional.

CURSO DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

Editora
Saraiva

2006

**341.1/.8
P436cd**



ISBN 85-02-05467-8

CIP

Curso de direito internacional público / Bruno Yepes
Pereira. – São Paulo : Saraiva, 2006.

Bibliografia.

1. Direito internacional público I. Título.

05-6508

CDU – 341

Índice para catalogo sistemático:

1. Direito internacional público 341

341.1/.8
P436cd



PARTE GERAL

1. Sociedade internacional	1
1.1 Origens da sociedade internacional	3
1.2 Características da sociedade internacional contemporânea	5
1.3 A hegemonia norte-americana no século XX	8
1.4 Fundamento da sociedade internacional	11

PARTE ESPECIAL

2. Conhecendo o Direito Internacional Público	13
2.1 O conceito de Direito Internacional Público	14
2.2 Fundamentos do Direito Internacional Público	15
2.2.1 Doutrina voluntarista	15
2.2.1.1 Teoria da autolimitação da vontade (Georg Jellineck)	16
2.2.1.2 Teoria da vontade coletiva (Heinrich Triepel)	16
2.2.1.3 Teoria do consentimento das nações (Hall, Openheim)	17
2.2.1.4 Teoria da delegação do Direito interno (Max Wenzel)	18
2.2.1.5 Teoria dos direitos fundamentais dos Estados (Pillet e Rivier)	18
2.2.2 Doutrina objetivista	20
2.2.2.1 Teoria da norma-base (Hans elsen)	20
2.2.2.2 Teoria da norma <i>pacta sunt servanda</i> (Anzilotti)	21
2.2.3 Outras teorias	21
2.2.3.1 Escola utilitária ou da necessidade (Bentham e Story)	21
2.2.3.2 Escola da nacionalidade (Mancini)	22
2.2.3.3 Teorias sociológicas (Duguit)	22
2.2.3.4 Modernos italianos	23
2.2.3.5 Teoria do direito natural	24
2.3 Negadores do Direito Internacional Público	26
2.3.1 Negadores práticos (Espinosa, Lasson, Gumplowicz e Lundstedt)	26
2.3.2 Negadores teóricos (Austin e Binder)	26
2.4 Fundadores do Direito Internacional	28
2.4.1 Francisco de Vitória (1492-1546)	28
2.4.2 Alberico Gentili (1552-1608)	28
2.4.3 Francisco Suárez (1548-1617)	28
2.4.4 Hugo Grotius (1585-1645)	28
2.4.5 Ricardo Zouch (1590-1660)	29
2.4.6 Samuel Pufendprf (1632-1694)	29
2.4.7 Cornélio von Bynkershoek (1673-1743)	30
2.4.8 Christian Wolff (1676-1756)	30

341.1/.8
P436cd



2.4.9 Emmerich de Vattel (1714-1767)	30
2.4.10 Georges-Frederic von Martens (1756-1821)	30
2.5 Evolução histórica do Direito Internacional Público	34
2.5.1 Antiguidade	34
2.5.2 Idade Média	36
2.5.3 Idade Moderna	37
2.5.4 Idade Contemporânea	37
2.5.5 O século XX	38
2.6 Fontes do Direito Internacional Público	39
2.6.1 Convenções internacionais ou tratados	39
2.6.2 Usos e costumes internacionais	40
2.6.3 Princípios gerais do Direito Internacional	41
2.6.4 Doutrina e jurisprudência	42
2.6.5 <i>Jus cogens e soft law</i>	44
2.7 Sistema jurídico internacional	44
2.8 O conflito entre o Direito Internacional e o Direito interno	46
2.8.1 Dualismo	47
2.8.1.1 Dualismo radical	47
2.8.1.2 Dualismo moderado	48
2.8.2 Monismo	48
2.8.2.1 Monismo radical	49
2.8.2.2 Monismo, moderado	49
3. Convenções internacionais ou tratados internacionais	51
3.1 Classificação possível da terminologia	51
3.1.1 Tratado	52
3.1.2 Convenção	52
3.1.3 Declaração	52
3.1.4 Ato	53
3.1.5 Pacto	53
3.1.6 Estatuto	53
3.1.7 Protocolo	53
3.1.8 Acordo	54
3.1.9 Concordata	54
3.1.10 Compromisso	54
3.1.11 Carta	55
3.1.12 Convênio	55
3.1.13 Formas alternativas de instrumentos formais internacionais	55
3.1.13.1 <i>Gentlemen's agreement</i> (acordo de cavalheiros)	56
3.1.13.2 <i>Pactum de contrabendo</i>	56
3.2 Condições de validade de um tratado	56
3.2.1 Agente capaz	57
3.2.2 Objeto lícito e possível	57



3.2.3 Consentimento mútuo	58
3.2.3.1 O erro	59
3.2.3.2 O dolo	59
3.2.3.3 Coação	60
3.3 Classificações possíveis	60
3.3.1 Classificação quanto ao número de partes	61
3.3.1.1 Bilateral	61
3.3.1.2 Multilateral	61
3.3.2 Classificação material	62
3.3.2.1 Tratado normativo	62
3.3.2.2 Tratado comercial	63
3.3.3 Classificação quanto ao ingresso de novos Estados signatários	63
3.3.3.1 Tratados fechados ou com cláusula de adesão	64
3.3.3.2 Tratados abertos ou sem cláusula de adesão	64
3.3.4 Classificação quanto aos feitos	64
3.3.4.1 Efeitos restritos às partes signatárias	65
3.3.4.2 Efeitos extensivos a terceiros	65
3.4 Campo de extensão dos efeitos dos tratados	66
3.4.1 Efeitos no espaço	66
3.4.2 Efeitos no tempo	67
3.4.2.1 Vontade dos signatários	67
3.4.2.2 Cumprimento de seu objetivo	68
3.4.2.3 Prazo de vigência previamente determinado	68
3.4.2.4 Descumprimento do tratado	68
3.4.2.5 Suspensão temporária de seus efeitos	68
3.4.3 Início de seus efeitos	70
3.4.4 Efeitos de um tratado sobre outro	70
3.4.4.1 Similaridade entre os signatários	70
3.4.4.2 Diversidade entre os signatários	71
3.5 Divisões de um tratado	72
3.6 Idioma	72
3.7 Versões original e autêntica	73
3.8 Ratificação	73
3.9 Registro de um tratado	74
3.10 Cláusula da nação mais favorecida	75
3.11 Reservas	76
3.12 Emendas e revisões	76
3.13 Execução de um tratado	77
3.14 Interpretação de um tratado	78



OS ATORES DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

4. O Estado	81
4.1 Quais elementos integram um Estado?	81
4.1.1 A massa humana (qualificada ou desqualificada)	82
4.1.1.2 Permissão de entrada	84
4.1.1.3 Nacionalidade	85
4.1.1.4 Exclusão do estrangeiro	90
4.1.2 À base física	98
4.1.2.1 Território	98
4.1.2.2 Mar territorial	102
4.1.2.3 Rios e lagos internacionais	105
4.1.2.4 Espaço aéreo	108
4.1.2.5 Espaço cósmico	115
4.1.2.6 A Antártica	116
4.2 Governo	116
4.2.1 Reconhecimento de governo	117
4.3 Classificação dos Estados	117
4.3.1 Estado simples	117
4.3.2 Estado composto por coordenação	118
4.3.3 União pessoal	118
4.3.4 União real	118
4.3.5 Comunidade Britânica Internacional (<i>Commonwealth</i>)	119
4.3.6 Estado federal ou federação de Estados	120
4.4 O nascimento de um Estado	120
4.4.1 Reconhecimento de beligerância ou de insurgência	121
4.5 Sucessão de Estados	122
4.6 Direitos dos Estados	122
4.6.1 Direito à liberdade	123
4.6.2 Direito à igualdade	123
4.6.3 Direito de defesa e de conservação	123
4.6.4 Direito ao desenvolvimento	124
4.6.5 Direito de jurisdição	124
4.6.5.1 Imunidade de jurisdição	125
4.6.6 Intervenção	126
4.6.6.1. Intervenção para defesa e conservação	126
4.6.6.2 Intervenção para proteção dos direitos humanos	126
4.6.6.3 Intervenção para proteção de seus nacionais	127
4.6.7 Extinção, de Estado	127
4.6.8 Responsabilidade dos Estados	127

341.1/.8
P436cd



ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DE CARÁTER MUNDIAL

5. A Organização das Nações Unidas (ONU)	130
5.1 Assembléia Geral	131
5.2 Conselho de Segurança	132
5.2.1 Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA)	134
5.2.2 Comitê de Combate ao Terrorismo (CCT)	136
5.3 Conselho Econômico e Social	137
5.3.1 Fundo das Nações Unidas para a Alimentação e à Agricultura (FAO)	138
5.3.2. Organização das Nações Unidas para a Educação, Cultura e Ciência (UNESCO)	138
5.3.3 Organização Internacional do Trabalho (OIT)	139
5.3.4. Organização Mundial de Saúde (OMS)	139
5.3.4.1 Órgãos subsidiários	140
5.3.5 Fundo Monetário Internacional (FMI)	141
5.3.5.1 Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento — BIRD (Banco Mundial)	142
5.3.6 Organização Mundial do Comércio (OMC)	142
5.4 Conselho de Tutela	143
5.5 Secretaria-Geral	144
5.6 Corte Internacional de Justiça	144
5.6.1 Tribunal Penal Internacional	146

ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DE CARÁTER ECONÔMICO REGIONAL

6. Mercado Comum do Cone Sul — Mercosul	149
6.1 Fases de um processo de integração econômica	152
6.1.1 Zona de livre comércio	152
6.1.2 União aduaneira	153
6.1.3 Mercado comum	153
6.1.4 Integração monetária	154
7. União Européia	155
7.1 A integração monetária e o euro	156
7.1.1 Primeira fase	156
7.1.2 Segunda fase	156
7.1.3 Terceira fase	157
7.1.4 Estrutura interna	157
7.1.5 Breves considerações sobre o Direito Comunitário	159

341.1/.8
P436cd



7.1.5.1 Fontes	159
7.1.5.2. Aplicabilidade direta	160
7.1.5.3 Substituição	161
7.1.5.4 Harmonização	161
7.1.5.5 Coordenação	161
7.1.5.6 Coexistência	161
8. Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)	163
8.1 Estrutura e negociações da ALCA	163

ORGANIZAÇÕES REGIONAIS DE CARÁTER NÃO ECONÔMICO

9. Organização dos Estados Americanos (OEA)	165
9.1 Estrutura da OEA	165
10. Liga Árabe	168
11. Unidade Africana	169

OUTRAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS DE INTERESSE GERAL

12. Cruz Vermelha Internacional	170
13. <i>World Wildlife Fund</i> — Fundo para a Conservação da Natureza (WWF)	172
14. <i>Human Rights Watch International</i>	174
15. Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR)	176
16. Anistia Internacional	177

A PESSOA HUMANA

17. A pessoa humana como sujeito de Direito Internacional Público	179
17.1 Evolução histórica da formação da personalidade individual do homem	180
17.2 Direito Internacional dos Direitos: Humanos	182
17.2.1 Fundamento dos direitos humanos internacionais	183
17.2.2 Violação dos direitos humanos e atribuição da responsabilidade	184

TEMAS OBJETO DE CONVENÇÕES ESPECÍFICAS

17.2.3 Preconceito racial e xenofobia	185
17.2.4 Tráfico de escravos	187
17.2.5 Preconceito contra a mulher	188
17.2.6 Tráfico internacional de crianças	189

341.1/.8
P436cd



17.2.7 Tortura e, tratamento cruel ou degradante	190
17.3 A Emenda Constitucional n. 45/2004	191
17.4 Direito Internacional do Refugiado	193
17.5 O biodireito e o genoma humano	194
17.5.1 Principais documentos relacionados ao assunto	195
17.5.1.1 Código de Nuremberg	195
17.5.1.2 Declaração de Helsinki	196
17.5.1.3 Projeto Genoma Humano	197
17.5.1.4 Declaração de Valência	198
17.5.1.5 Declaração de Bilbao	199
17.5.1.6 Declaração da UNESCO	199
17.5.1.7 Mercosul	199

FORMAS DE SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS INTERNACIONAIS

18. Controvérsia internacional	200
18.1 Solução pacífica de controvérsias internacionais	200
18.1.1 Meios diplomáticos	201
18.1.1.1 Entendimento direto	201
18.1.1.2 Bons ofícios	201
18.1.1.3 Sistema de consulta	202
18.1.1.4 Mediação	202
18.1.1.5 Conciliação	203
18.1.1.6 Inquérito	203
18.1.2 Meios políticos	203
18.1.2.1 Organização das Nações Unidas	204
18.1.2.2 Organização dos Estados Americanos	204
18.1.2.3 Mercado Comum do Cone Sul (Mercosul)	204
18.1.2.4 União Européia	205
18.1.3 Meios jurisdicionais	206
18.1.3.1 Arbitragem	206
18.1.3.2 Solução judicial	210
18.2 Solução violenta de controvérsias internacionais	213
18.2.1 A guerra é uma relação entre Estados e não entre indivíduos	214
18.2.1.1 Princípio da necessidade	216
18.2.1.2 Princípio da humanidade	216
18.2.2 A relação entre os Estados beligerantes	219
18.2.2.1 Neutralidade	220
18.2.3 Declaração de guerra	221
18.2.3.1 Guerra terrestre	222
18.2.3.2 Sítio e bombardeio	223
18.2.3.3 Ocupação e invasão	224

341.1/.8
P436cd



18.2.4 Guerra marítima	224
18.2.5 Guerra aérea	225
18.2.6 Suspensão de armas	226
18.2.6.1 Salvo-conduto	226
18.2.7 Armistício	227
18.2.8 Direito Humanitário	227
18.2.9 Terrorismo	228

DESENVOLVIMENTO INTERNACIONAL SUSTENTÁVEL

19. Proteção ao meio ambiente	230
19.1 Agenda 21	231
19.2 Poluição dos mares	231
19.3 Limites à pesca comercial	232
19.4 A poluição da atmosfera e o Protocolo de Kyoto	233
19.5 Bioenergia	234
19.6 Alimentos transgênicos	235
19.6.1 Protocolo de Cartagena	235
<i>Bibliografia</i>	239

**341.1/.8
P436cd**

